

1 **Ata nº 013/2023 – Ata da reunião (ordinária) do Conselho Municipal de Acompanhamento e**
2 **Controle Social do FUNDEB, realizada em 06 (seis) de dezembro do ano de dois mil e vinte**
3 **e três.** Aos 6 (seis) dias do mês de dezembro do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), às
4 09:30(nove horas e trinta minutos), na sala de reuniões do CACS-FUNDEB, anexo à Secretaria
5 Municipal de Educação - SEMEDI, reuniram-se com convocação prévia, cito representantes:
6 Alexandre Nogueira da Silva, representante titular da Sociedade Civil ; Elizabeth Córdula Antonio
7 Nunes, representante titular de Pais de Alunos; Alessandro Fabiano Rosa, representante titular do
8 Poder Executivo Municipal; Silvio Rogério Ferreira Lucas, representante titular dos Professores
9 da Educação Básica Pública; Jonatha Fabrício da Silva Mantovani, representante suplente dos
10 Professores da Educação Básica Pública; Michelly Zela Antônio Caetano, representante titular do
11 segmento de Professores da Educação Básica do Campo; Roberto Santos Baka, representante
12 titular dos Servidores Técnico Administrativo das Escolas Públicas; Thaiz Cristina Alves de
13 Oliveira, representante titular do Conselho tutelar; Leandro Gonçalves Mendes, representante
14 titular do Conselho Municipal de Educação; Renata Victória Pons, representante suplente de Pais
15 de Alunos. O Presidente Alexandre declara aberta a reunião ordinária com os membros do CACS-
16 FUNDEB. Dá-se início a reunião com a leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior
17 com todas as assinaturas. No momento da discussão da ata, a Conselheira Renata questionou o
18 fato do Complexo ser compartilhado pela Secretaria de Esportes e somente a Secretaria de
19 Educação arcar com as despesas de manutenção e remuneração de servidores, onde o Presidente
20 Alexandre comenta que por ser dessa forma, a manutenção se torna precária por não haver o
21 efetivo suficiente, e ressalta que já enviou solicitação a Secretaria de Educação para averiguação e
22 sondagem dos fatos relatados, nessa fala o Conselheiro Alessandro sugere apontar e sugerir que se
23 adéqüe. Nesse momento o Conselheiro Leandro fala que a questão legal é que os projetos da
24 Secretaria de Esportes que atende a toda população , primeiramente , sendo o Complexo Mario
25 Roque para uso dos estudantes da Educação Básica Pública, não deveria ser sediada por outras
26 Secretarias e eventos. Em resposta o Presidente Alexandre expõe que está no aguardo dos
27 documentos para averiguações e comprovação das informações, pois sem as mesmas, não se pode
28 alegar quem pode ou não fazer uso do Complexo, pois sendo a citada APAF - Associação de Pais
29 e Amigos do Futsal, cadastrado como um projeto conveniado, entende-se ser uma associação
30 filantrópica e dessa forma amparada na lei, e que só após o recebimento das informações

31 solicitadas é que poderá comprovar se há irregularidades, mas entende que a prioridade de uso é
32 da Rede Municipal de Educação.//
33 Comunicado do Presidente: O Conselheiro Alexandre relata que no dia 30 (trinta) de novembro,
34 quinta-feira, às 14:00 (quatorze) horas, esteve presente na UNESPAR, convidado pela Professora
35 Mary Falcão, Presidente do COMEDI, para falar a respeito do Conselho de Acompanhamento e
36 Controle Social CACS-FUNDEB. A princípio fez suas considerações iniciais falando sobre seus
37 vínculos, onde expôs que foi ingresso na FAFIPAR, falou da sua experiência como Presidente da
38 APMF - Associação de Pais, Mestres e Funcionários por 02 (dois) anos, como também sua
39 participação no Observatório Social de Paranaguá, por onde foi indicado para o Conselho de
40 Acompanhamento e Controle Social, onde ingressou como Conselheiro e no 2º (segundo)
41 semestre assumindo a Presidência, e que para compreender o CACS-FUNDEB é necessário uma
42 ação cuidadosa e análise de importantes marcos delineadores, citando a Constituição Federal, a
43 Lei de Diretrizes e Bases da Educação, embasamentos importantes para entendimento da Lei do
44 FUNDEB, onde foi endossado pela Professora Mary Falcão, onde a mesma fala da importância e
45 responsabilidade em ser um Conselheiro. Continuando sua fala, comenta que houve muito
46 interesse dos participantes do evento. Ainda em seu comunicado o Presidente registra sua
47 indignação por não ser convidado a participar do encontro do CONAE - Conferência Nacional da
48 Educação, porém explica aos demais que a atuação do Conselho de Acompanhamento e Controle
49 Social é amplo na área de acompanhamento do financiamento e abrange a educação num todo,
50 sendo muito atuante no município. Na continuidade é realizada a leitura da pauta: 1) Análises e
51 pareceres da prestação de contas mês referência Outubro; 2) Conforme o art. 17, incisos I; II; III
52 do regimento interno examinaremos os documentos respondidos pela SEMEDI; 3) Outros
53 assuntos relacionados ao conselho.//
54 **Ordem do dia: Item 01 (um) da pauta:** Análises e pareceres da prestação de contas mês
55 referência Outubro. Nesse momento iniciando a pauta o Presidente Alexandre questiona aos
56 demais se fizeram o exercício de análise, que é confrontar as informações recebidas com o portal
57 da transparência do município, onde se pode analisar através dos empenhos emitidos, todo o
58 histórico dos gastos enviados através da prestação de contas. Nesse assunto o Presidente questiona
59 a destinação da totalidade dos recursos para remuneração de professores, sendo que essa ação
60 inibe e retarda as reformas e manutenção nas escolas conforme a lei específica, onde se observa

61 que a aplicação dos recursos está se detendo minimamente, apenas para aquisição de materiais,
62 que se observa isso nas visitas às escolas, que não seguem um padrão e nem modelo de
63 adequação. Observa ainda que se vê muito pouca manutenção, como disposto na lei que
64 regulamenta o uso dos recursos, pois observa que 95% (noventa e cinco por cento), está sendo
65 destinado para remuneração de professores e que apenas 5% (cinco por cento) destinado a
66 aquisição, conservação, filantropia e manutenção. Nesse momento é repassado aos demais o
67 recebimento da resposta da solicitação dos extratos dos demais recursos referente as fontes 103
68 (cento e três), 104 (cento e quatro) e 107 (cento e sete), e fazendo consulta ao portal transparência
69 observou que a fonte 104 (cento e quatro esta sendo usada para pagamento de cargos
70 comissionados, o que estabelece provável irregularidade, nesse momento o Conselheiro
71 Alessandro sugere que se faça consulta a Procuradoria Geral do Município sobre o uso desse
72 recurso para tal finalidade, já que ainda não foi recebida a resposta da solicitação da listagem de
73 servidores, incluindo também FG e DAS que recebem seus proventos pela fonte 1104, o que
74 impossibilita a análise, e que caso seja comprovado o uso deste para tal finalidade, será solicitado
75 o estorno para a conta da Educação, o que possibilitará melhor aplicação na manutenção e
76 desenvolvimento de ensino. Em seguida é discutido o uso do recurso da fonte 107 (cento e sete) q
77 destinado para projetos e Educação Especial, para pagamento de alimentação, onde foi observado
78 pagamento para a empresa Risotolândia, o que sugere provável irregularidade. Após discussão da
79 aplicação dos recursos com embasamento na Lei que regulamenta a aplicação adequada, o
80 Presidente Alexandre e os demais conselheiros acordam em convocar a Superintendente de
81 Controle Financeiro e Administrativo Tauany da Silva para esclarecimentos. Na continuidade o
82 conselho entra em discussão referente a aquisição de ventiladores e ar-condicionados, que na
83 prestação de contas veio anexada cópia da licitação, como também a descrição de destinação, no
84 valor de R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais), nesse momento levantou-se questionamento
85 referente aos ventiladores que foram retirados para manutenção pela Empresa Asteca e não foram
86 devolvidos, os conselheiros discutem e indagam onde estão armazenados esses equipamentos,
87 como também os reparos que são insuficientes, onde foi comprovado remendos em mangueiras de
88 ar-condicionados, baldes armazenando água que escoam dos mesmos, equipamentos que não
89 funcionam, fios expostos, nesse momento os conselheiros acordam em solicitar a presença do
90 fiscal responsável para esclarecimentos. //////////////////////////////////////

91 **Item 02 (dois) da pauta:** Conforme o art. 17, incisos I; II; III do regimento interno:
92 examinaremos os documentos respondidos pela SEMEDI. Dando seguimento a reunião o
93 Presidente repassa aos demais os documentos recebidos para análise, citando o ofício nº 2.051/23,
94 referente ao pagamento de fatura de água, no valor de R\$ 162,20 (cento e sessenta e dois reais e
95 vinte centavos), mas apresenta inconsistência pelas informações contidas, ou seja, prédio
96 SEMEDI, equipe de trabalho CMAE, secretaria beneficiada SEMI, sugerindo que o recurso do
97 FUNDEB destinado a Educação está beneficiando outra secretaria, após discussão o conselho
98 acorda em reiterar o ofício, solicitando esclarecimentos. Continuando a análise de documentos, no
99 ofício nº 1.926/2023, respondendo a solicitação de relatório de empenhos emitidos referentes aos
100 gastos pagos com os recursos acompanhados pelo CACS-FUNDEB lançados nas fontes 101
101 (cento e um), 102 (cento e dois), 103 (cento e três), 104 (cento e quatro) e 107 (cento e sete), no
102 período de janeiro a agosto de 2023 (dois mil e vinte e três), contendo o histórico explícito dos
103 gastos e sua destinação, em análise aos empenhos emitidos na fonte 101 (cento e um), averiguou-
104 se que o recurso teve destino adequado, ou seja, pagamento da remuneração e direitos de
105 profissionais da educação em efetivo exercício de suas funções; relacionado a fonte 102 (cento e
106 dois) necessita de informações para conclusão da análise; na fonte 103 (cento e três) fica a
107 observação para averiguação do pagamento de estagiários; referente a fonte 104 (cento e quatro),
108 aguarda-se a resposta da listagem de empenhos emitidos e relação de servidores remunerados por
109 esta fonte para conclusão de análise; em análise a fonte 107 (cento e sete) observou-se aquisição
110 de uniformes escolares no mês de julho, o que sugere provável irregularidade no uso deste recurso,
111 que destina-se a projetos da educação e subsídios para escolas de ensino especial. Nessa pauta
112 referente a pagamentos pela fonte 104 (cento e quatro) a cargos comissionados, o conselheiro
113 Alessandro sugere que se faça consultoria a PROGEM - Procuradoria Geral do Município, para
114 que analise juridicamente a situação, solicitando esclarecimentos jurídicos referente a esses
115 pagamentos. Na continuidade da pauta o Presidente fala sobre a resposta da solicitação de
116 esclarecimento acerca do PNATE - Programa Nacional do Transporte Escolar e esclarece que a
117 partir das informações repassadas ao conselho, serão realizadas as vistorias nos transportes
118 escolares com embasamento nessas informações e no checklist, sendo agendada a vistoria para
119 hoje no período da tarde. Na continuidade foi repassados a resposta da relação de gestores, suas
120 portarias, planos de ação e os relatórios do ano de dois mil e vinte e dois, nesse assunto foi

121 comentado o recebimento do PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola, que pode ser usado
122 para algumas manutenções emergenciais, que em pesquisa no portal do município, todas as
123 escolas que possuem APMF recebem esse recurso e as que não possuem APMF é repassado a
124 Secretaria de Educação que gerencia os gastos, esse recurso é acompanhado pelo Conselho
125 Deliberativo e Fiscal da APMF. Na continuidade, o presidente delega algumas análise aos
126 conselheiros em específico, para que após análise relatem aos demais suas conclusões.

127 **Item 03 (três) da pauta:** Outros assuntos relacionados ao conselho: o Presidente esclarece aos
128 demais conselheiros que este ano, já se findando, fica algumas demandas em aberto, como as
129 visitas nas colônias e ilhas. E na seqüência o Presidente Alexandre fala sobre o SIMEC - Sistema
130 Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação, que através deste
131 sistema, o conselho pode acompanhar as obras do município, mas que não conseguiu acesso a
132 construção da Escola Tiradentes, onde foi repassada a informação que se trata de recursos
133 próprios, vinculados entre a Prefeitura e o Banco do Brasil, porém foram investidos recursos da
134 fonte 104 (cento e quatro), como aditivos, dessa forma o conselho acorda em acompanhar a
135 construção e solicitar maiores esclarecimentos. Na continuidade dos assuntos do conselho, o
136 Presidente relata aos demais que convidou a conselheira Tatiane Boeno de Oliveira Souza,
137 representante de pais de alunos, para participar desta reunião, porém a mesma não compareceu,
138 sendo assim o CACS-FUNDEB, precisa rever o regimento para regulamentação dessas situações,
139 como a substituição por ausência, tanto do titular, como do suplente, especificando por ausência
140 dos conselheiros nas reuniões, fazer novo chamamento dos segmentos que estão ausentes, para
141 efetivar a recomposição e atualizar as informações no SIsCACS, que é o sistema de cadastro dos
142 conselheiros, pois o mesmo se encontra desatualizado. Na sequência da pauta a Conselheira
143 Renata Victória Pons solicita abertura para abordar um assunto referente a Lei 13.935/2019, que
144 dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de
145 educação básica, se referindo a inserção desses profissionais nas escolas de educação básica em
146 paranaguá, que mesmo a lei já vigorando desde 2020, ainda não se estabelece neste município,
147 nesse momento o Presidente Alexandre expõe que é previsto na lei a remuneração desses
148 profissionais com o recurso do FUNDEB, porém a implementação da lei se designa a outro órgão,
149 não é da competência deste Conselho. Nada mais havendo a tratar, a reunião se dá por encerrada



**CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO
E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB**



- 150 às 11:45 (onze horas e quarenta e cinco minutos), assim, a presente ata que após ser lida e
151 aprovada será assinada por todos os presentes:////////////////////////////////////
152 Alexandre Nogueira da Silva (Presidente)_____.
- 153 Elizabeth Córdula Antonio (Titular)_____;
- 154 Renata Victória Pons (Suplente) _____;
- 155 Alessandro Fabiano Rosa (Titular) _____;
- 156 Silvio Rogério Ferreira Lucas (Titular)_____;
- 157 Jonatha Fabrício da Silva Mantovani (Suplente)_____;
- 158 Michelly Zela Antônio Caetano (Titular) _____;
- 159 Roberto Santos Baka (Titular)_____;
- 160 Thaiz Cristina Alves de Oliveira (Titular)_____;
- 161 Leandro Gonçalves Mendes (Titular) _____;
- 162 OBS. : Rubricar todas as páginas deste documento